



Editorial

Elias Wolff

A Igreja católica vive atualmente um momento de intensas expectativas por mudanças, reformas, a configuração de um novo *modus essendi et operandi*. Estas expectativas acontecem no pontificado do papa Francisco, o qual afirma a necessidade de “uma renovação eclesial inadiável”: “sonho com uma opção missionária capaz de transformar tudo, para que os costumes, os estilos, os horários, a linguagem e toda a estrutura eclesial se tornem um canal proporcionado mais à evangelização do mundo atual que à autopreservação” (EG 27). Propõe-se uma vigorosa retomada do Concílio Vaticano II, que “apresentou [à Igreja] a conversão eclesial como uma abertura a uma reforma permanente de si mesma por fidelidade a Jesus Cristo” (EG 26). Nessa perspectiva conciliar, o papa Francisco mostra uma firme intenção de abertura e diálogo, para com a sociedade, as igrejas e as religiões. É com Francisco, o papa, que hoje a palavra “reforma” e “diálogo” devem constituir o *habitus* cotidiano do catolicismo. Emerge a questão: que sinais podemos colher nas intenções manifestadas no atual pontificado católico que apresente sintonias com as aspirações por reformas de outros tempos, sobretudo no século XVI, com indicações para progressos no diálogo ecumênico e inter-religioso em nossos dias? Como podemos compreender o papa Francisco como o homem do encontro e do diálogo?

Primeiramente, vemos em Francisco *um novo modo de ser e agir como papa*. A novidade primeira que ele apresenta está na forma de ser pastor universal da Igreja. Não apenas ensina, tem vontade de aprender; não se expressa com frieza de intelectual, partilha sentimentos e emoções; não se distancia dos ouvintes, aproxima-se, toca, abençoa; não usa gestos medidos, calculados, tensos, mas espontâneos, naturais, livres; não expressa nenhuma aura de poder, e sim uma simplicidade quase desconcertante para o uso do seu cargo na Igreja. Distancia-se da postura de uma autoridade magisterial, burocrática, curial, e manifesta-se desejoso de um *encontro direto com todas as pessoas*. Ele entende que “para transmitir a herança é preciso entregá-la pessoalmente, tocar a pessoa para quem você quer doar”.¹ E não espera pelo outro, é preciso “primeirar”, tomar a iniciativa de ir ao encontro, sobretudo dos mais afastados, os que

¹ Discurso ao episcopado brasileiro, em 27 de julho de 2013, durante a Jornada Mundial da Juventude, no Rio de Janeiro.

vivem nas “periferias existenciais”, e com eles “envolver-se, acompanhar, frutificar e festejar” (EG 24).

Assim, propõe-se a um diálogo aberto com a sociedade do nosso tempo, a cultura, as igrejas e as religiões. Não um diálogo de mão única, apenas para ensinar, como se a Igreja tivesse a última palavra para tudo. O papa Francisco propõe um diálogo consequente, que exige humildade na compreensão da verdade, acolhida da verdade do outro, corresponsabilidade: “não se deve esperar do magistério papal uma palavra definitiva ou completa sobre todas as questões que dizem respeito à Igreja e ao mundo” (EG 16). Sabe aprender dos outros: “não podemos ignorar que, também fora da Igreja Católica, noutras Igrejas e Comunidades Cristãs – bem como noutras religiões – se tem desenvolvido uma profunda preocupação e uma reflexão valiosa sobre estes temas que a todos nos são muito caros” (LS 7).

Uma segunda proposta de Francisco é *um novo modo de ser Igreja*, caracterizada pelo encontro, o diálogo, a comunhão... Rejeita-se a eclesiologia triunfalista, arrogante, exclusivista, sustentada na *plenitudo potestatis*, mais *magistra* do que *mater*, mais *caput* do que *communio*. Diz não à igreja da supercomplexidade dogmática, do casuísmo moralista, do legalismo disciplinar, pois entende que essa igreja “De ‘servidora’ se transforma em “controladora” e “auto-referenciada”, uma ONG que se entende “mais como organização” do que como “Povo de Deus na sua totalidade”.² O papa não faz tudo sozinho, e nem a Igreja: “O urgente desafio de proteger a nossa casa comum inclui a preocupação de unir toda a família humana na busca de um desenvolvimento sustentável e integral [...]. Lanço um convite urgente a renovar o diálogo sobre a maneira como estamos construindo o futuro do planeta. Precisamos de um debate que nos una a todos” (LS 13-14).

Está criado o clima favorável para uma profunda reforma e convicção de diálogo no interior da Igreja e desta com a realidade *ad extra*. Certamente, não cabe à Igreja de hoje o que Lutero escreveu no século XVI, nos artigos de Esmalcalda (1537): “Não lhes reconhecemos serem eles Igreja; e eles tão pouco o são; mas eles não querem ouvir; a *coisa inaudita* que sob o nome de Igreja eles mandam e desmandam; pois mesmo uma criança de sete anos, graças a Deus, sabe o que a Igreja é.”

Um terceiro elemento a ser considerado neste ainda breve pontificado, são os *avanços ecumênicos possíveis*. A partir, e no mesmo esforço por mudanças/reformas na Igreja é de se esperar avanços no diálogo ecumênico e inter-religioso. No campo do *diálogo das religiões*, é de se esperar mudanças que intensifiquem a aproximação fraterna e solidária entre as tradições religiosas, possibilitando mais cooperação inter-religiosa por um mundo de justiça e de paz. Esse diálogo se caracteriza como “uma atitude de abertura na verdade e no amor”, é “uma condição necessária para a paz no mundo” e um “dever” para todos os crentes (EG 250). Trata-se de um diálogo que possibilite afirmação das próprias convicções e a compreensão das

² Encontro com os dirigentes do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), em 28 de julho de 2013, durante a Jornada Mundial da Juventude, no Rio de Janeiro.

convicções do outro, base para que as religiões possam, juntas, prestar um serviço à justiça, à paz e à liberdade no mundo em que vivemos (EG 251, 255). Afinal, “A maior parte dos habitantes do planeta declara-se crente, e isto deveria levar as religiões à estabelecerem diálogo entre si, visando ao cuidado da natureza, à defesa dos pobres, à construção de uma rede de respeito e fraternidade” (LS 201).

No campo do *ecumenismo*, o papa Francisco lembra a todos os cristãos que “somos peregrinos, e peregrinamos juntos” na verdade do Evangelho, e quem caminha com o outro precisa “abrir o coração ao companheiro de estrada sem medos nem desconfianças e olhar primariamente para o que procuramos: a paz no rosto do único Deus” (EG 244). O ecumenismo, como busca da unidade dos cristãos é compreendido como realização da oração de Jesus, “que todos sejam um só” (Jo 17,21), um serviço ao Evangelho e “uma contribuição para a unidade da família humana” (EG 245).

Muitos são os passos que ainda precisam ser dados nos caminhos da unidade dos cristãos, dos quais destacamos: a) *projetos comuns de evangelização*, sobretudo nas áreas sociais mais carentes e nas regiões do planeta onde são mais expressivos os clamores por justiça e paz. Os esforços pela unidade dos cristãos precisa deixar “de ser mera diplomacia ou um dever forçado para se transformar num caminho imprescindível da evangelização” (EG 246). As Igrejas precisam desenvolver formas comuns de anúncio, de serviço e de testemunho que favoreça, simultaneamente, a unidade entre elas e a unidade da humanidade.

b) *A hospitalidade eucarística*: nesse campo, as igrejas já dialogaram o suficiente para identificarem em que aspectos da doutrina eucarística comungam. E ali onde se constata a fé na *presença pessoal, real e sacramental* de Cristo nas espécies consagradas, tem-se uma base teológica e espiritual suficiente para intensificar a prática da hospitalidade na Mesa do Senhor. Isso não relativiza as próprias convicções e nem desrespeita as convicções da outra Igreja. Com base a esses elementos comuns, as Igrejas podem rever a observação de algumas normas disciplinares que parecem suplantar ou até mesmo ignorar as convergências doutrinais já alcançadas sobre o sacramento da eucaristia.

c) *Retirada das mútuas excomunhões*: admite-se hoje que os posicionamentos dos reformadores do século XVI, bem como as respostas de Roma aos seus questionamentos, sustentavam-se em motivações de fé. As divergências de doutrina não anulam a fé das partes divergentes, mesmo se tal fé não possa ser mutuamente reconhecida. O diálogo já realizado possibilitou reais convergências e consensos doutrinais, pelo que se admite que as Igrejas vivem hoje uma “fraternidade reconquistada” (UUS 41-42). Afinal, “são tantas e valiosas as coisas que nos unem”, que somos convidados a “recolher o que o Espírito semeou neles [cristãos de diferentes igrejas] como um dom também para nós.” (EG 246). É, então, de se perguntar se as mútuas excomunhões, afirmadas em contexto de controvérsia, têm hoje razão de ser. Estudos teológicos atuais constataam que “sobre importantes pontos as recíprocas condenações doutrinais

não atingem, ou não atingem mais, a outra parte.”³ Assim, sem relativizar a verdade do Evangelho, mas por amor a essa verdade que não se exaure em nenhuma posição, as Igrejas são convidadas a, acolhendo os resultados dos estudos teológicos feitos em comum, realizarem declarações oficiais, com caráter penitencial e de ação de graças, que cancelem da consciência no presente e no futuro, os traumas causados pelas excomunhões de outrora.

É de se esperar que esses passos, entre muitos outros, sejam fortalecidos no pontificado do papa Francisco. Assim, “reforma” e “diálogo” são duas categorias que sintetizam esse pontificado, apontando para uma forma de ser Igreja que se realiza no encontro, na cooperação, na comunhão. “Reforma” e “diálogo” são um esforço para purificar e enriquecer a tradição particular da fé em vista da comunhão com outras tradições de fé. O apelo do papa é para todos os crentes, “para que sejam coerentes com a sua própria fé e não a contradigam com as suas ações; será necessário insistir para que se abram novamente à graça de Deus e se nutram profundamente das próprias convicções sobre o amor, a justiça e a paz” (LS 200). ✠

³ Comissão Bilateral Católica-Evangélica Luterana, *A unidade diante de nós. Modelos, formas, fases da união entre as igrejas* (1984), 68.